

O aumento das reservas dos bancos ajuda o Brasil?

Para o ex-presidente do IBGE, Edmar Bacha, presente ontem em uma palestra na Ordem dos Economistas de São Paulo, o argumento de que o Brasil e os demais países devedores perderam poder porque os bancos privados norte-americanos criaram um colchão, com um aumento de seu fundo de reserva, não é convincente. Na sua opinião, decisões, como a do Citibank, que formou uma reserva de US\$ 3 bilhões para devedores duvidosos, demonstra apenas o reconhecimento, por parte dos credores, de que o valor de mercado dos títulos da dívida externa que estão carregando em carteira é bem menor do que o valor de face.

Por essa razão, ele acredita que, se apropriadamente explorada pelo Brasil, essa iniciativa dos credores poderá abrir um amplo leque de novas oportunidades para a renegociação da dívida externa.

Segundo Bacha, quando formaram uma reserva contra eventuais perdas, os bancos dos EUA também reconheceram a existência de um mercado secundário, em que os empréstimos são negociados com descontos substanciais. A dívida brasileira, comentou, é vendida por, aproximadamente, 63 centavos por dólar. Isso quer dizer que, se tivesse reservas cambiais suficientes, o País poderia comprar sua dívida de US\$ 70 bilhões

com os bancos comerciais privados por US\$ 44 bilhões.

Como o Brasil não tem reservas para efetuar essa compra, Bacha sugere que a dívida seja trocada por novos títulos brasileiros, negociáveis no mercado internacional de capitais. Suas sugestões, dentro dessa proposta, seriam títulos com taxa de juros básica fixa, mais uma parcela das exportações de empresas estatais brasileiras; títulos que dariam a seus proprietários o direito sobre uma parcela das exportações de empresas estatais brasileiras; ou a troca dos empréstimos, por exemplo, por uma garantia válida por 20 anos de um percentual das vendas de um novo investimento produtivo, como uma hidrelétrica ou uma rodovia com pedágio.

O economista Antonio Barros de Castro, por sua vez, acredita que o crescimento do saldo comercial, que em poucos meses poderá chegar a US\$ 1 bilhão (12 bilhões anualizado), permite que a retomada das negociações se faça em outros termos. Para ele, o reconhecimento dos credores de que a dívida, da forma como foi pactuada, é incobrável, dá ao Brasil a possibilidade de alterar drasticamente os termos da negociação, introduzindo o deságio — com que estão sen-

do negociados os títulos da dívida no mercado secundário — nas discussões.

Castro acha que o desconto de 35% seria “o ponto de partida para a redefinição dos compromissos”. Poderiam ser lançados novos papéis, com o referido deságio, com aval do governo e, se possível, de alguma instituição internacional. O pagamento dos juros, afirma, passaria a ser um compromisso assumido de forma inquestionável.

Proposta antiga

Após afirmar que a proposta francesa de reconversão da dívida externa brasileira em investimentos, apresentada na reunião dos sete países mais ricos do mundo, que terminou ontem em Veneza, é antiga, o economista Paulo Nogueira Batista Junior disse ontem que a idéia não é adequada para o nosso País, “pois pode criar maiores impasses para o governo brasileiro”.

Segundo ele, o maior risco dessa proposta é o fato de que, se aceita, o governo brasileiro estaria trocando a dívida externa pela dívida interna e com isto tendo que pagar mais juros: “Por não ser original, já que anteriormente havia sido proposta por nossos credores, entre os quais os banqueiros norte-americanos, não vejo porque, agora, deveríamos adotá-la”, disse.